



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO Nº 003/2011
PRESENCIAL

Processo: 039/2011

Tipo de Licitação: Menor preço

Fundamento Legal: A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93 e pelas disposições deste Edital e seus Anexos.

Local de Abertura: Os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues a Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 002/2011, na sala da Comissão de Licitação, localizada no Anexo II da Câmara de Vereadores de Aparecida de Goiânia, Rua Joao Batista de Toledo, Qd.07 Lt.03, 1º andar, Centro, neste município.

Data: 25/08/2011 – às 09:00 horas.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

O Edital e respectivos anexos encontram-se à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário das 8:00h às 14:00h, de segunda a sexta-feira, na Comissão de Licitação desta Câmara, no endereço acima citado.

São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Especificações do Objeto/Termo de Referencia
- Anexo II – Modelo de Declaração
- Anexo III – Declaração que não emprega menor
- Anexo IV – Minuta de Contrato

I – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa para fornecimento, instalação e integração de uma central telefônica e expansão de outra já existente, conforme especificados no Anexo I – Especificações do Objeto/Termo de Referencia, parte integrante do presente Edital.

II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão, as empresas especializadas em tecnologia de telecomunicações, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, não sendo permitida a participação de consórcios.

2.2 – As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

suas propostas, sendo que a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

2.4 – Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente, ou por servidor membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO.

2.5 – Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio.

2.6 – É vedada a participação de empresas:

2.6.1 – Concordatária, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.6.2 – Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública Municipal e, caso participe do processo licitatório, estará(ao) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

2.6.3 – Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

2.7 – Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor desta Câmara, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 – No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá credenciar um representante, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a abertura da sessão.

3.1.1 – Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

a) documento de identidade em original ou cópia autenticada;

b) Se a proponente se apresentar por meio de representante o mesmo deverá estar munido de **procuração pública ou particular que comprove poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante**, devidamente acompanhada de cópia do contrato social ou estatuto devidamente autenticado.

b.1) Se a licitante estiver representada por seu **titular, diretor, sócio ou gerente**, deverá estar munido de cópia do **Estatuto Social ou Contrato Social** devidamente registrado e autenticado e que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

c) Declaração de que aceita e concorda com as condições expressas no Edital, modelo do Anexo II. O licitante que não dispôr da declaração ou apresentá-la com qualquer incorreção poderá



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

assiná-la ainda perante a equipe de apoio desde que comprove dispor de poderes para tal investidura.

d) Declaração de Enquadramento como Micro ou Pequena Empresa, devidamente assinada por contador inscrito no CRC ou ainda Certidão emitida pela Junta Comercial com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, certificando a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. A apresentação destes documentos visa a concessão do direito preferência constante da Lei Complementar 123/2006 não sendo obrigatória a sua apresentação, porém a falta de um destes, impede o exercício de preferência previsto em lei.

3.2 – A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a intervenção da licitante no presente certame, especialmente quanto a oferta de lances e a interposição de recursos, porém a proposta da licitante será considerada no certame, sendo que no caso de não apresentação do contrato social ou estatuto social, a licitante deverá incluir o documento no envelope de documentação. Caso não apresente de forma alguma o contrato social ou estatuto social, será declarada inabilitada.

3.3 – A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

3.4 – Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.

IV – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – As Proponentes deverão entregar dois envelopes, devidamente lacrados. Cada envelope deve conter a identificação de seu conteúdo, e preferencialmente dispor de todas as páginas numeradas. Sugestão de identificação dos envelopes:

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 01
CÂMARA DE VEREADORES DE APARECIDA DE GOIANIA
PREGÃO Nº 003/2011
PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 02
CÂMARA DE VEREADORES DE APARECIDA DE GOIANIA
PREGÃO Nº 003/2011
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

V – DOS ENVELOPES “PROPOSTAS DE PREÇOS”

5.1 – No Envelope “Proposta de Preços” constará o comprovante de homologação da Anatel item 5.2 e proposta de preços devendo conter no mínimo o seguinte:

5.1.1 – Ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via, datilografada ou editorada por computador, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da Proponente.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

5.1.2 – **Conter a especificação do produto, indicar a razão social da Proponente, CNPJ e endereço (rua/avenida, número, bairro, cidade, Cep., UF) e marca dos produtos cotados.** Complementarmente podem ser apresentadas informações referentes a telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso.

5.1.3 – A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar a validade, será este o prazo considerado.

5.1.4 – A proposta deve ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas **duas casas decimais** após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço final ofertado deverá estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca do objeto dentro do prazo de garantia, se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Pregoeira da forma seguinte:

a1.) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;

a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor total da proposta.

c) O valor final total ofertado na fase de lances poderá ser ajustado no valor do lance ou a menor quando da apresentação de nova proposta, devendo esta ser apresentada com cálculos exatos observando a quantidade de casas decimais estabelecidas no item 5.1.5.

5.1.5 – A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

5.2 – Faz-se necessário juntar ao envelope de proposta, sob pena de desclassificação a documentação que comprove que a central é homologada pela Anatel.

5.3 – Declarar que tomou conhecimento das instalações e das condições de execução do objeto. A licitante deve agendar com a Comissão de Licitação no horário das 08:00 as 14:00 horas, data e horário para conhecimento dos locais de execução dos serviços ora contratados.

5.4 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

VI – DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

6.1 – A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos devem ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada pela Comissão de Licitação ou Cartório. A comissão de julgamento desta licitação se reserva no direito de não autenticar documentos durante a sessão para não gerar atrasos na condução do certame.

6.2 – REGULARIDADE JURÍDICA

a) Certidão simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual.

b) Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto.

b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1 – A licitante deve apresentar os documentos de regularidade jurídica, no credenciamento. Caso a licitante não credencie representante deve juntá-la no envelope de documentação.

6.3 – REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

a) Prova de inscrição e regularidade da empresa junto ao CREA;

b) Prova de possuir em seu quadro de pessoal, profissional devidamente habilitado junto ao CREA;

b.1) a comprovação do vínculo profissional entre a empresa e o(s) responsável(is) técnico(s) se dará por intermédio do Contrato Social em caso sócio, Carteira de Trabalho devidamente registrada, ou ainda por Certidão de Registro da licitante junto ao CREA.

c) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa ou seu responsável técnico tenha executado serviço semelhante ao grau de complexidade exigido neste licitação. Entende-se por complexo a implantação da central com interligação com outras centrais do mesmo contratante, permitindo a comunicação entre si por meio de ramal.

6.5 – Ainda que possuam restrições fiscais ou fazendárias, as micros e pequenas empresas deverão apresentar a totalidade dos requisitos dispostos no item 6.3, letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.

6.6 – Os documentos emitidos por via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

6.7 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.8 – Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a(o) Pregoeiro(a) considerará a Proponente inabilitada.

6.9 – Documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

VII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 – Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao(a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2 – Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

VIII – DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 – O(A) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Item 03 deste.

8.2 – Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, o(a) Pregoeiro(a) fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

8.3 – Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análises de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e Licitantes.

8.4 – Cumprido o Item 5.1, serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

8.5 – Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço.

8.6 – O(A) Pregoeiro(a) procederá à classificação da proposta de menor preço, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.7 – Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

8.8 – Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 8.7., a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.9 – A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a seqüência dos lances seguintes.

8.10 – O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

8.11 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12 – O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 8.11, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

8.13 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

8.14 – Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

8.15 – Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.16 – Se o detentor da melhor proposta não for qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver, de acordo com a ordem de classificação, propostas elaboradas por microempresas ou empresas de pequeno porte que superem a de menor valor em intervalo não maior que 5%, o(a) pregoeiro(a) deverá convocar o detentor da melhor colocada delas para, acaso queira, apresentar nova proposta no prazo de até cinco minutos.

8.17 – Se a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte não se valer do direito de preferência a que alude o item anterior, o(a) pregoeiro(a) deverá convocar os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação, que sejam microempresas ou empresas de pequeno porte e que se enquadrem na hipótese do item 8.16 para, acaso queiram, exercer igual prerrogativa.

8.18 – Se nenhum dos licitantes exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado ao detentor da proposta originariamente vencedora do certame.

8.19 – O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.20 – Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

8.20.1 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na Sessão Pública de Processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificado pelo(a) Pregoeiro(a).

8.21 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro(a).

8.22 – Se a oferta do Proponente não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. **Se a empresa vencedora for micro empresa ou empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação (art. 43, § 1º, LC 123/06).**

8.23 – Na ocorrência do disposto no item 8.17, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

8.24 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes, caso não haja recurso, serão devolvidos no final da sessão.

8.25 – A Licitante vencedora, no tempo fixado pelo(a) Pregoeiro(a), deverá apresentar nova



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Proposta contendo os preços, unitário com no máximo duas casas decimais e global, obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais.

8.26 – Se a licitante vencedora, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste edital.

8.27 – Ocorrendo à hipótese prevista na letra anterior, a sessão do Pregão será retomada.

IX – DOS RECURSOS

9.1 – Declarada a vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

9.3 – O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a).

9.4 – O acolhimento do recurso pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Autoridade Superior, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 – Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

9.6 – A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito ou via fax.

X – DO CRITÉRIO E FORMA DE JULGAMENTO

10.1 – No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2 – O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado aos interessados no Setor de Licitações à Rua Benedito Batista de Toledo, Qd.07 Lt.03 1º Andar, Centro, Aparecida de Goiânia - GO, no Placar da Câmara e no endereço eletrônico www.camaradeaparecida.go.gov.br/portal para intimação e conhecimento dos interessados.

XI – DA ENTREGA E INSTALAÇÃO

11.1 – A entrega se dará conforme o descrito no Anexo I deste Edital.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

XII – DO PAGAMENTO

12.1 – O pagamento somente será efetuado após a entrega e instalação do objeto e emissão da fatura.

12.2 – Gestor do contrato somente atestará o fornecimento e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) para pagamento quando cumprido pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

12.3 – As faturas deverão conter:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia/Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 01.203.223/0001-19;
- c) Valor unitário e valor total do objeto;
- d) A especificação dos produtos e serviços prestados;
- e) Conter todas as CND's válidas.

12.4 - Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

12.5 - As faturas ou as parcelas com atraso de pagamento por mais de 30 (trinta) dias, terão direito a correção de 0,5% (meio por cento) de seus respectivos valores.

XIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – As despesas com a presente licitação, correrão a cargo da Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.001 elemento de despesa 33.90.39 e 4.4.90.52.

13.3- Os recursos necessários aos pagamentos das despesas decorrentes desta licitação são oriundos dos Repasses do Duodécimo recebido pela Câmara Municipal de Aparecida.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Além das resultantes da Lei 8.666/93 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

- a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
- b) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato atualizado;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;
- d) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- e) Dar garantia do equipamento pelo prazo mínimo de 01 (um) ano contra defeito de fabricação, e de no mínimo 90 (noventa) dias para os serviços executados;
- f) Entregar juntamente com a central 01 (uma) via da documentação técnica necessária



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

a manutenção e operação do sistema, podendo ser impresso ou mídia eletrônica;

f.1) Toda documentação técnica deverá ser redigida obrigatoriamente em português

14.2 – A contratante obriga-se a:

- a) acompanhar a execução do contrato;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais em desacordo com o contrato;
- c) proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
- d) comunicar, em tempo hábil, à Contratada, a quantidade dos produtos/materiais a serem entregues;
- e) emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

XV – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se as seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) Multa: Em caso de atraso injustificado na prestação do serviço do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação referente à matéria;

b.1) As multas, indenizações ou outras despesas, impostas à contratada em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e legislação aplicável à espécie, deverão ser recolhidas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de ciência de sua imposição;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

XVI – DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 – Após a adjudicação do objeto da licitação, e a vista do relatório de julgamento, o Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

16.2 – A decisão da autoridade competente será afixada em mural oficial da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

16.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas. Esta sanção não se aplica aos licitantes remanescentes que forem chamados de acordo com a ordem de classificação, e que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2 – Fica assegurado ao Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

17.3 – Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 – Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

17.5 – É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Contratante.

17.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia.

17.7 – O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.7.1 – Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

17.8 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

17.9 – A Administração poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o(a) Pregoeiro(a) convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

17.10 – É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo no Setor de Licitações da Câmara no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

17.11 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao(a) Pregoeiro(a), no endereço citado no preâmbulo desse Edital ou pelo telefax (0xx62) 3548 – 3171, das 8:00h às 14:00h, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente na Câmara, até 02 (dois) dias úteis imediatamente anterior à data de julgamento dessa licitação.

17.12 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Aparecida de Goiânia - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro. Aparecida de Goiânia, aos 15 dias do mês de agosto de 2011.

ALZENI CARDOSO DE CIRQUEIRA
Pregoeira



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO/TERMO DE REFERENCIA

PREGAO Nº. 003/2011
PROCESSO Nº. 039/2011

1 – DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto deste termo a contratação de empresa para fornecimento e instalação de central telefônica no Anexo dos Gabinetes dos Vereadores, localizados no Área Shopping, Avenida Presidente João Goulart, Qd.02 Lt.08/23, Residencial Maria Luiza, Aparecida de Goiânia.

2.2 - A central deverá estabelecer contato via ramal com os prédios do Plenário da Câmara, Gabinete da Presidência localizados na rua Antônio Batista Sandoval, Qd.06, e Anexo II – Setor de Recursos Humanos localizado na rua Benedito Batista de Toledo Qd.07 Lt.03, todos no Centro de Aparecida.

2.3 – A central existente no prédio do plenário terá seu quantitativo de ramais expandidos, e instalados no prédio do Gabinete da Presidência. Os materiais e serviços previstos para a execução total dos serviços estão especificados a seguir:

ITEM 01-Gabinetes dos Vereadores
Dos equipamentos

Quant.	Und	Especificação
01	Und	Central telefônica equipada com um tronco digital E1 de 30 canais, 04 troncos analógicos bidirecionais com IDC (Identificação de Chamadas), capacidade para operação imediata de 44 ramais analógicos, com capacidade de expansão final até 190 portas.
01	Und	Terminal para telefonista com headset; conforme descrito a seguir;
01	Und	Interface para acoplamento de mídia de espera telefônica
04	Und	Troncos IP
04	Und	Ramais IP, conforme descrito a seguir;
02	Und	ATA (Adaptador de telefone analógico), conforme descrito a seguir conforme item 7.2 deste anexo;
30	Und	Aparelhos telefônicos; conforme descrito no item 7.1, deste anexo;

Dos serviços

Especificação
Instalação, programação, customização e treinamento do equipamento ofertado.
Instalação de sistema de proteção de ramais, dos blocos de interconexão, da malha de cabos necessária para instalação dos troncos, ramais e do sistema.
Instalação do distribuidor geral.
Instalação de barramento para acoplamento do aterramento.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ITEM 02 – Plenário da Câmara e Gabinete da Presidência

Dos equipamentos

Quant.	Und	Especificação
01	Und	Placa de 04 RA para central Leucotron Active TDS
01	Und	Placa de 08 RA TDS II & para central Leucotron Active TDS
01	Und	Placa 4 TABC-1 P Troncos com IDC TDS &
01	Und	Placa Extensão TDS &
01	Und	Placa de Ethernet
01	Und	Placa VoIP 4 canais com 4 Licenças de Ramais IP
01	Und	Terminal KS HB Executive
100	Mts	Cabo CTP APL 20 pares
04	Und	Blocos e perfil de engate rápido IDC 110 e terminações

Dos serviços

Especificação
Instalação, programação, customização, atualização de versão do sistema para entroncamento de convergência e integração VoIP e treinamento operacional.
Lançamento do cabo CTP APL de 20 pares do Plenário para o Gabinete da Presidência, e instalação da rede interna para até 10 (dez) ramais.
Instalação de sistema de proteção do sistema e ramais
Instalação do DG (distribuidor geral)
Instalação de blocos de interconexão e conexão da malha de cabos em rede e blocos de distribuição com inserção direta.

3 - Características da Central:

- a) A capacidade de configuração final da central para 190 portas;
- b) A central deverá possuir certificado de homologação da Anatel;
- c) Possibilidade de interligação com a central pública conforme o padrão da operadora de telefonia local;
- d) Nas interligações com a rede pública, a central deverá permitir discagem direta a ramal (DDR) conforme normas da ABNT;
- e) Permitir interface para linhas analógicas e interface para linhas digitais;
- f) Dispor de plano de numeração de ramais com possibilidade de até 04 (quatro) dígitos;
- g) Os equipamentos devem constituir PABX com técnica TDM-PCM, permitindo a sua conexão a rede de computadores utilizando o protocolo TCP-IP;
- h) A arquitetura dos equipamentos deverá ser modular, observando-se o que se segue:



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

- h.1) A inserção de cartões ou módulos de periferia (trancos e ramais), necessários a eventuais reconfigurações ou expansões deve ser processada sem interrupção do funcionamento da central e sem que isso possa causar danos ou falhas devido a transitórios de alimentação;
- h.2) A eventual inserção de um cartão ou módulo de periferia em um “slot” que não lhe seja o correspondente não deverá causar danos àqueles componentes ou à central;
- h.3) Os cartões e módulos que compõem o equipamento devem ser equipados com estojos de proteção eletroestática;
- h.4) A inserção de um novo cartão ou módulo de periferia no equipamento deverá ser reconhecida automaticamente pelo sistema, não sendo necessário qualquer intervenção por software para informá-lo a respeito da existência do mesmo. O novo cartão ou módulo deverá assumir automaticamente as programações básicas para o seu funcionamento;
- i) A CPCT CPA-T deve garantir sigilo absoluto nas comunicações através de seus circuitos;
- j) A CPCT CPA-T deve possibilitar o uso de rotas analógicas ou digitais, que deverá ser básico para todos os trancos e interligações, bem como permitir a tomada de feixe de trono alternativo caso a rota principal esteja ocupada;
- k) A CPCT CPA-T deverá possibilitar por simples ampliação de software a implementação de seleção e acesso a rota de menor custo (LCR – Low Cost Route). Entende-se por rota de menor custo a capacidade do sistema e permitir/bloquear o acesso de cada usuário às rotas principais/alternativas bem como estabelecer prioridade de ocupação de rotas. Tal prioridade/permissão de acesso pode variar de usuário para usuário e também modificar-se ao longo do dia, ou ao longo da semana;
- l) A CPCT CPA-T deve possibilitar toques distintos e instantâneos nas chamadas internas ou externas para os ramais;
- m) O equipamento deve ter capacidade de processamento de no mínimo 32 bits, ou seja, a Unidade Central de Processamento (CPU) deve possuir no mínimo um processador de 32 bits;
- n) O equipamento deve possuir “Buffer Interno” para que caso de falta de energia, os dados referentes às ligações realizadas sejam armazenados. Este “Buffer” deverá possibilitar, no mínimo, o armazenamento de até 5000 ligações;
- o) A CPCT CPA-T deverá possuir porta padrão Ethernet interna, que possibilite o acesso e integração do sistema a uma rede local, mediante arquitetura TCP/IP;
- p) A CPCT CPA-T deverá permitir as atividades de programação e supervisão dos sistema, através de microcomputador com software de gerenciamento remoto, sendo o acesso via rede WAN;
- q) A CPCT CPA-T, deverá permitir monitoração remota, via TCP/IP, utilizando protocolo SNMP;
- r) A CPCT CPA-T deverá permitir a utilização de ao menos 16 trancos IP SIP, com protocolo SIP V2;
- s) A CPCT CPA-T deverá ser compatível com os Codecs G711A, G711U e G729A/B, e T. 38, que permite a transmissão de fax;
- t) A CPCT CPA-T deverá permitir configuração TCP-IP.
- u) A CPCT CPA-T deverá permitir que endpoints registrados na central comportem-se como ramais IP. Tais endpoints deverão suportar os codecs descritos neste termo de referência e poderão funcionar em uma LAN ou WAN.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

- x) Deverá permitir a utilização de no mínimo 100 ramais IP.
- z) Os ramais IP deverão obrigatoriamente utilizar protocolo SIP, que é um protocolo padrão de mercado. Tais ramais deverão ser implementados sem utilização de hardwares externos.

4. Facilidades do Sistema

- a) Possuir discriminadores de ligações que possibilitem:
 - a.1) A análise de até 16 dígitos;
 - a.2) Definição de restrições e permissões específicas para cada ramal físico e virtual do sistema;
- b) Sinalização de chamadas por LED's ou indicadas através de software aplicativo que emule um Terminal Executivo;
- c) Possibilidade de ramal acessar diretamente outro ramal sem passar pela telefonista.
- d) A CPCT CPA-T deverá possibilitar a formação de no mínimo 05 grupos de atendimento por setor com os seguintes critérios de distribuição de chamadas:
 - d.1) Geral: Todos os ramais do setor devem tocar ao mesmo tempo, quando uma ligação externa chamá-lo.
 - d.2) Estatística: O sistema deve escolher automaticamente o ramal do setor que tiver contabilizado o menor tempo de ligações;
 - d.3) Sorteio: O sistema escolhe aleatoriamente um ramal para atender à chamada;
 - d.4) Seqüencial: O sistema escolhe o ramal da menor ordem para atender à ligação.
- e) A CPCT CPA-T deverá permitir a programação de rotas de menos custo selecionando automaticamente a Operadora pré-programada em função do número discado.
- d) A manutenção, diagnóstico e administração do sistema devem ser passíveis de realização remota ou local, através de rede TCP/IP. O acesso só será permitido mediante uma senha para garantir a confiabilidade e a segurança do sistema. Opcionalmente, a central deve permitir a utilização de Modem interno, a fim de viabilizar manutenção, diagnóstico e administração do sistema através de acesso discado.

5 - Facilidades de Ramais

- a) A CPCT CPA-T deverá possuir as seguintes facilidades para todos os usuários:
 - a.1) Chamadas internas e externas para a posição de operadora.
 - a.2) Interligação automática entre ramais.
 - a.3) Interligação da rede pública com os ramais, segundo suas classes de serviço ou categoria.
- b) Transferência nas chamadas de entrada e saída.
- c) Música de espera para chamadas retidas pelo operador e quando em processo de consulta e transferência entre ramais. Deverá ser fornecido no mínimo um módulo de música sintetizada inerente ao sistema.
- d) Os ramais de um grupo consecutivo ou setor poderão ser acessados por seus números individuais ou pelo geral do grupo.
- e) Captura de chamadas. Essa facilidade deverá ser acessível a todos os ramais da CPCT pertencentes a um mesmo grupo de captura (ter no mínimo 20 grupos distintos)



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

- f) Chamadas de retorno automático para ligações ramal a ramal.
- g) Possibilidade de qualquer ramal da CPCT CPA-T ser habilitado ou desabilitado pelo seu usuário para efeito de estabelecimento de chamadas externas.
- h) Repetição do último número discado.
- i) Deverá ser possível a mudança física de ramais através de software de configuração, sem a necessidade de reprogramação no terminal de operadora ou mudanças na rede.
- j) Deverá ser possível limitar o tempo (pré-programável em sistema) de conversação nas ligações externas originadas.
- k) Deverá possibilitar a facilidade “Warm-line / Hot-line”. Após a retirada do monofone do gancho deste ramal especial, caso não haja marcação de nenhum dígito dentro de um tempo pré-programável em sistema, deverá a central CPCT CPA-T automaticamente providenciar o estabelecimento da conexão com um destino também preestabelecido em sistema.
- l) O licitante deverá comprovar a existência das facilidades e recursos solicitados indicando na relação de facilidade a página do manual que acompanha o produto onde se encontra a explicação da facilidade/recurso, bem como sua forma de utilização.

6. Distribuidor Geral de Linhas

6.1 A adequação do DG (Distribuidor Geral) é de responsabilidade da Contratada. Deve possuir todos os componentes necessários à ligação das linhas de ramais e linhas troncos. Bem como sistema efetivo de proteção contra sobrecorrente e sobretensão.

7. Equipamentos Terminais

- a) Tele-alimentado a partir do sistema telefônico;
- b) LEDs indicadores com 04 modos de operação: desligado, pisca lento, pisca rápido e aceso;
- c) Possuir no mínimo 04 melodias de campainha com 04 volumes;
- d) Possuir monofone com 04 níveis de volume;
- e) Tecla combo multifuncional com Enter incorporado;
- f) Atendimento simultâneo a diversos ramais;
- g) Rechamada de linha em espera;
- h) Rechamada de ligações transferidas para os ramais e não atendidas;
- i) Operação com fone de cabeça;
- j) Possuir teclas programáveis com LEDs indicadores;
- k) Possuir teclas de serviços, contemplando as seguintes funções: gancho, volume, rejeita, captura, cadeado, setup (acesso ao menu do telefone), callback (retorno automático), redial (rediscagem), mute, sec (acesso à fila de espera), transfer (transferência), hold (retenção) e speaker (viva-voz);
- l) Visor alfanumérico com 02 linhas e 16 caracteres;
- m) Back-light com ajuste de brilho;
- n) Visor basculante;
- o) Permitir a visualização do status de ramais;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

7.1 - Deverá ser cotado aparelho telefônico analógico, com as seguintes características:

- a) Chave seletora para discagem decádica (pulso) e multifrequencial (tom).
- b) Campainha com 03 tipos de timbre e cada timbre com 03 níveis de volume (baixo, médio e alto)
- c) Teclas para acesso a 10 memórias indiretas e 02 memórias diretas
- d) Tempo de flash igual a 300ms
- e) Pausa durante a discagem
- f) Tecla mute com LED indicador
- g) Tecla para rediscagem do último número
- h) Ajuste de volume de recepção através do teclado
- i) Totalmente compatível com a rede pública de telecomunicações e com PABX
- j) Montagem em mesa ou parede
- k) O telefone deverá ser homologado pela Anatel e seu certificado deverá ser apresentado junto com a proposta, sob pena de desclassificação.

7.2 - Deverá ser cotado adaptador para telefone analógico com as características abaixo:

- a) Possuir 02 portas FXS (Conector RJ-11) para telefones analógicos.
- b) Possuir 01 porta WAN e 01 porta LAN com capacidade para operar em 10Mbps ou 100Mbps.
- c) Dispor de fonte de alimentação com entrada de 100 a 240 Vac 50-60Hz.
- d) O adaptador deverá ser capaz de operar com IP Fixo, Cliente DHCP ou cliente PPPoE
- e) Deverá ser capaz de implementar VLAN
- f) Permitir acesso via DMZ
- g) Implementar QoS por ToS Field (Campo Type of Service)
- h) Implementar NAT Traversal – STUN
- i) Operar como bridge ou router;
- j) Permitir configuração via web browser ou telnet;
- k) Possuir comandos de resposta por voz em português;
- l) Permitir atualização de firmware via TFTP, Console e HTTP;
- m) Implementar o protocolo SIP v1 e SIP v2;
- n) Implementar o algoritmo de verificação MD5 para a autenticação SIP;
- o) Permitir o envio de dígitos via DTMF Inband;
- p) Implementar os Codecs: G.711A, G.711U, G.729 A/B;
- q) Implementar VAD (Voice Activity Detection), CNG (Comfort Noise Generation) e LEC (Line Echo Cancellation);
- r) Implementar Packet Loss Compensation e Jitter Buffer Adaptativo;
- s) Implementar o protocolo de transmissão de fax sobre IP, T.38;
- t) Permitir o ajuste de ganho do monofone;
- u) Possibilitar o ajuste de volume do monofone;
- v) Implementar identificação DTMF e FSK;
- x) Permitir o ajuste do tempo de flash;
- z) Implementar o serviço de despertador;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

7.3 - Os terminais descritos nos itens 7, 7.1 e 7.2 deverão ser compatíveis com a central telefônica. Caso não sejam do mesmo fabricante, deverá ser apresentado junto com a proposta um documento do fabricante da central, e dos fabricantes dos terminais comprovando que os mesmos foram testados e são compatíveis, com firma reconhecida em Cartório, sob pena de desclassificação.

8. Condições de Instalação e Testes

a) A instalação dos equipamentos deve observar as exigências da concessionária conforme as práticas ANATEL aplicáveis;

b) Os equipamentos deverão ser instalados no endereço e locais referidos no item 2.1, conforme especificações do fabricante dos produtos fornecidos pela licitante vencedora;

c) Ficará por conta da contratada o fornecimento de todo o material e acessório necessários à instalação dos equipamentos objeto destas especificações, exceto a liberação do link E1 junto à operadora, que deverá ser contratado pela contratante;

b) A licitante deverá visitar as instalações da contratante para conhecimento dos equipamentos existentes, para fins de verificação de compatibilidade e elaboração de proposta dentro das condições aqui estabelecidas.

9. Documentação Técnica

a) Deve ser fornecida com a central 01(uma) via da documentação técnica necessária à manutenção e operação do sistema;

b) Toda documentação técnica deverá ser redigida obrigatoriamente em português.

c) Deverá ser fornecida, pelo menos, a seguinte documentação em mídia impressa (manual) ou mídia eletrônica (CD ou disquete):

- Documentação do sistema, com descrição geral do sistema;

10. Treinamento

10.1. Devem ser previstos, pelo menos, os seguintes cursos de treinamento:

- Curso sobre arquitetura do sistema, sua configuração, dimensionamentos, especificações e facilidades;
- A licitante deverá fornecer todo material didático necessário para o treinamento;
- Para efeito de cotação deve ser considerado um colaborador para treinamento no curso.

11. Do Prazo de Entrega e Instalação

11.1. A central deverá ser entregue instalada e configurada nos Gabinetes dos Vereadores no prazo máximo de 20(vinte) dias a contar da emissão de ordem de serviço.

11.2. A ordem de serviço será emitida pelo Presidente da Câmara, devidamente assinada, e o recebimento do objeto se dará da seguinte forma:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

com as especificações e funcionalidades.

b) Definitivamente após a aferição da qualidade, funcionalidade, quantidades e treinamentos.

11.3. Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive a entrega e instalação nos locais indicados, correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

12. Do Pagamento:

12.1. O pagamento somente será efetuado após a entrega e instalação do objeto e emissão da fatura. As faturas deverão conter:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia/Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 01.203.223/0001-19;
- c) Valor unitário e valor total dos produtos entregues;
- d) A especificação dos produtos e serviços entregues;
- e) Conter todas as CND's válidas.

12.2. As faturas ou as parcelas com atraso de pagamento por mais de 30 (trinta) dias, terão direito a correção de 0,5% (meio por cento) de seus respectivos valores.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Pregão nº 003/2011
Processo: 039/2011

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

_____, _____/_____/2011.
Local e Data



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

ANEXO III

DECLARAÇÃO

PREGAO Nº. 003/2011
PROCESSO Nº 039/2011

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____, _____ / _____ / 2011.
Local e Data



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____/2011

CONTRATO REFERENTE À _____
_____, na forma que segue:

DAS PARTES:

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS**, com sede na Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob n° 01.203.223/0001-19, neste ato representada pelo Presidente **JOÃO ANTÔNIO BORGES**, inscrito no CPF/MF sob o n° _____ e assistido pelo Procurador da Câmara **FLÁVIO CARDOSO**, portador do CPF n° -----brasileiro, inscrito na OAB sob o n° _____ doravante simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, empresa de direito privado, sediada à _____, _____ - _____, inscrita no CNPJ/MF n° _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, _____, _____, _____, portador da C.I. n° _____ e CPF n° _____ residente e domiciliado à _____, _____ - _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de PREGÃO n° 003/2011, regido pela Lei Federal n° 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 em sua redação vigente, homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em ____ de _____ de 2011, tudo constata do processo n° _____, que é parte integrante do presente instrumento contratual.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste termo a contratação de empresa para fornecimento e instalação de central telefônica no Anexo dos Gabinetes dos Vereadores, localizados no Área Shopping, Avenida Presidente João Goulart, Qd.02 Lt.08/23, Residencial Maria Luiza, Aparecida de Goiânia.

1.2 - A central deverá estabelecer contato via ramal com os prédios do Plenário da Câmara, Gabinete da Presidência localizados na rua Antônio Batista Sandoval, Qd.06, e Anexo II – Setor de Recursos Humanos localizado na rua Benedito Batista de Toledo Qd.07 Lt.03, todos no Centro de Aparecida, conforme especificado a seguir:

ITEM 01 - Gabinetes dos Vereadores

Dos equipamentos

Quant.	Und	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Und	Central telefônica equipada com um tronco digital E1 de 30 canais, 04 troncos analógicos bidirecionais com IDC (Identificação de Chamadas), capacidade para operação imediata de 44 ramais analógicos, com capacidade de expansão final até 190 portas. Marca:		
01	Und	Terminal para telefonista com headset; conforme descrito a seguir;		
01	Und	Interface para acoplamento de mídia de espera telefônica		
04	Und	Troncos IP		
04	Und	Ramais IP, conforme descrito a seguir;		
02	Und	ATA (Adaptador de telefone analógico), conforme descrito a seguir;		
30	Und	Aparelhos telefônicos; conforme descrito no item 7.1, deste termo;		

Dos serviços

Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
Instalação, programação, customização e treinamento do equipamento ofertado.		
Instalação de sistema de proteção de ramais, dos blocos de interconexão, da malha de cabos necessária para instalação dos troncos, ramais e do sistema.		
Instalação do distribuidor geral.		
Instalação de barramento para acoplamento do aterramento.		

ITEM 02 – Plenário da Câmara e Gabinete da Presidência

Dos equipamentos

Quant.	Und	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Und	Placa de 04 RA para central Leucotron Active TDS		
01	Und	Placa de 08 RA TDS II & para central Leucotron Active TDS		
01	Und	Placa 4 TABC-1 P Troncos com IDC TDS &		
01	Und	Placa Extensão TDS &		
01	Und	Placa de Ethernet		
01	Und	Placa VoIP 4 canais com 4 Licenças de Ramais IP		
01	Und	Terminal KS HB Executive		
100	Mts	Cabo CTP APL 20 pares		



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

04	Und	Blocos e perfil de engate rápido IDC 110 e terminações		
----	-----	--	--	--

Dos serviços

Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
Instalação, programação, customização, atualização de versão do sistema para entroncamento de convergência e integração VoIP e treinamento operacional.		
Lançamento do cabo CTP APL de 20 pares do plenário para o gabinete da presidência, e instalação interna para até 10 (dez) ramais.		
Instalação de sistema de proteção do sistema e ramais		
Instalação do DG (distribuidor geral)		
Instalação de blocos de interconexão e conexão da malha de cabos em rede e blocos de distribuição com inserção direta.		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – Os impressos objeto deste termo deverão ser entregues no Almoxarifado da Câmara, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da solicitação. A contratada deverá confeccionar o material conforme as solicitações que deverão ocorrer conforme as necessidades da Câmara.

2.2 – As solicitações de fornecimento serão emitidas pelo Departamento de Compras ou Almoxarifado, conforme a necessidade, devidamente assinadas, e se dará da seguinte forma:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades quando for o caso.
- b) Definitivamente após a aferição da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

2.3 – Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive a entrega no local indicado, correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ 0,00 (_____), a serem pagos mediante execução do objeto e a emissão de faturas.

3.2 – O pagamento somente será efetuado após a entrega e instalação do objeto e emissão da fatura.

3.3 – Gestor do contrato somente atestará o fornecimento e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) para pagamento quando cumprido pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.4 – As faturas deverão conter:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia/Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 01.203.223/0001-19;
- c) Valor unitário e valor total do objeto;
- d) A especificação dos produtos e serviços prestados;
- e) Conter todas as CND's válidas.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

3.5 - Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DO ATRASO DE PAGAMENTO

4.1 – As faturas ou as parcelas com atraso de pagamento superior a 30 (trinta) dias, terão direito a correção de 0,5% (meio por cento) de seus respectivos valores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

5.1 – 13.1 – As despesas com a presente licitação, correrão a cargo da Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.001 elemento de despesa 33.90.39 e 4.4.90.52.

5.2 – Os recursos necessários aos pagamentos das despesas decorrentes desta licitação são oriundos dos Repasses do Duodécimo recebido pela Câmara Municipal de Aparecida.

5.3 – Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Além das resultantes da Lei 8.666/93 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

- a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
- b) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato atualizado;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;
- d) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- e) Dar garantia do equipamento pelo prazo mínimo de 01 (um) ano contra defeito de fabricação, e de no mínimo 90 (noventa) dias para os serviços executados;
- f) Entregar juntamente com a central 01 (uma) via da documentação técnica necessária a manutenção e operação do sistema, podendo ser impresso ou mídia eletrônica;
- f.1) Toda documentação técnica deverá ser redigida obrigatoriamente em português

6.2 – A contratante obriga-se a:

- a) acompanhar a execução do contrato;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais em desacordo com o contrato;
- c) proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
- d) comunicar, em tempo hábil, à Contratada, a quantidade dos produtos/materiais a serem entregues;
- e) emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) Multa: Em caso de atraso injustificado na prestação do serviço do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação referente à matéria;

b.1) As multas, indenizações ou outras despesas, impostas à contratada em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e legislação aplicável à espécie, deverão ser recolhidas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de ciência de sua imposição;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

b) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte sem prévia ou expressa anuência da CONTRATANTE.

8.2 – O presente contrato poderá ser rescindido pôr mutuo acordo, quando atendidas as conveniências dos fornecimentos e disponibilidade de recursos financeiros, tendo a CONTRATADA o direito a receber da CONTRATANTE, o valor dos produtos/materiais fornecidos, até aquela data.

8.3 – Ao Presidente da Câmara Municipal reserva-se o direito de no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que a CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 – Fica eleito o foro desta cidade, para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro pôr mais privilegiado que seja.

9.2 – E assim pôr estarem justos, combinados e contratados, assinam este instrumento, as



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

partes, pôr seus representantes, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Aparecida de Goiânia, ____ de _____ de 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____